

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO: DESPOLITIZAÇÃO RADICAL E REDIRECIONAMENTO IDEOLÓGICO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

SCHOOL WITHOUT PARTY PROGRAM: RADICAL DESPOLITIZATION AND IDEOLOGICAL DIRECTION IN THE PUBLIC EDUCATION

*Leonardo Dorneles GONÇALVES*¹

*Ricardo Gonçalves SEVERO*²

RESUMO: Analisamos o programa Escola Sem Partido considerando suas características históricas, fundamentos e proposições. Explicitar os princípios ideológicos do programa, ao contrário do discurso de neutralidade proferido por seus principais representantes, e alertar para as consequências ao caráter público da educação brasileira constituem-se como objetivos deste texto. Considerando os trabalhos de Fernandes (1976), Iasi (2011), Marengo (2014), Singer (2012), entre outros, o trabalho foi produzido a partir de palestras e conferências de seus autores para estudantes e professores junto a escolas e universidades no Sul do Brasil. Entendemos que o programa Escola Sem Partido, a despeito da retórica em prol da neutralidade política e científica, guarda relações com orientações conservadoras, religiosas e de grupos sociais ligados a partidos que, no espectro político brasileiro, se situam à direita. Por isso, sua atuação tem posição ideológica clara e explícita no combate aos postulados que sustentam a democracia, o acesso ao amplo conhecimento científico, atingindo as possibilidades da formação humana de crianças e jovens nas escolas públicas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Sem Partido. Educação Pública. Ideologia

ABSTRACT: We analyze the “School without party” program considering its historical characteristics, foundations and propositions. Explain the ideological principles of the program, contrary to the neutrality discourse pronounced by its main representatives, to alert the consequences to the public character of the Brazilian education constitute the objectives of this text. Considering the works of Fernandes (2009), Iasi (2011), Marengo (2014), Singer (2012) among others, the work was produced from lectures and conferences of its authors for students and professors at schools and universities in the south of Brazil. We understand that the program “School without Party”, despite the rhetoric for political and scientific neutrality, has relations with conservative, religious orientations and social groups linked to parties that in the Brazilian political spectrum are on the right. Therefore, his work has a clear and explicit ideological position in the fight against the postulates that sustain democracy, access to the broad scientific knowledge, reaching the possibilities of the human formation of children and young people in Brazilian public schools.

KEYWORDS: School Without Party. Public education. Ideology

INTRODUÇÃO

Vivemos um tempo de profundas mudanças políticas no Brasil, um período marcado pela manutenção de aparente legalidade, mas que se tratou, de fato, de rup-

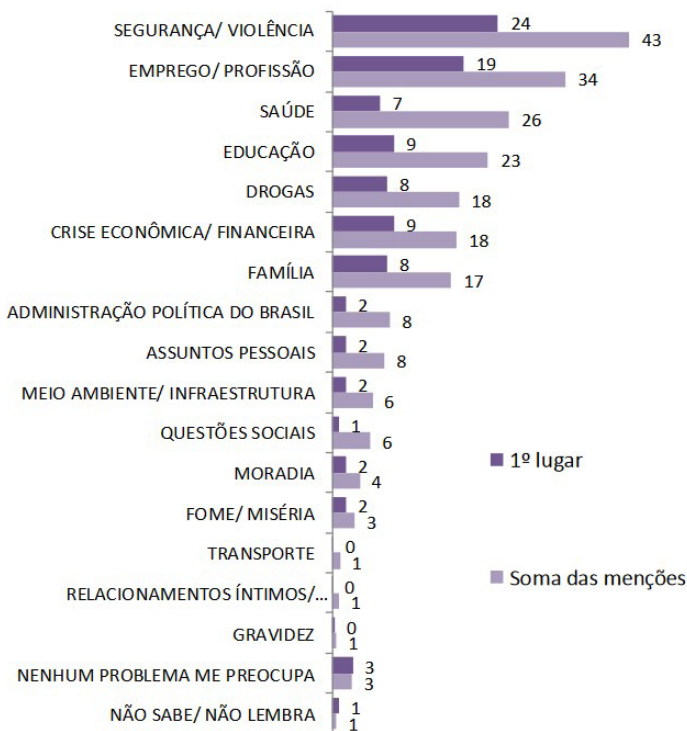
¹ Doutor em Educação (Universidade Federal de Pelotas). Professor na Universidade Federal de Pelotas.

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor na Universidade Federal do Rio Grande.

tura institucional das normas do próprio sistema de alianças que elegeu a proposta lulista. Em todos os setores da sociedade, há uma sensação de medo e insegurança em relação ao futuro, em especial no que diz respeito aos direitos adquiridos pela via institucional. O golpe empresarial-parlamentar de 2016 demonstrou que a busca pela construção de uma política de conciliação de classes, com objetivos reformistas, como no passado, assemelha-se a um castelo construído em areia movediça: totalmente frágil e incapaz de manter-se erigido por um espaço considerável de tempo.

Mais uma vez na história do Brasil, a natureza das relações de classe se manifesta de forma radical – e não branda como no último período – a fim de desconstituir de forma acelerada todo e qualquer direito adquirido pelos trabalhadores, o que, infelizmente, tem sido aceito por boa parcela da população. O novo ciclo se inicia em 2013, após o início das manifestações de massa que foram protagonizadas pela juventude. Uma pesquisa realizada pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) indica quais eram as maiores preocupações dos jovens nesse período.

Figura 01: Quais os problemas que mais preocupam os jovens



Fonte: Secretaria Nacional da Juventude (2013).

O movimento tem início com pautas progressistas, como o transporte público e a taxaço de riquezas, mas passa a ser duramente reprimido pela polícia militar, que age violentamente de maneira indiscriminada, inclusive contra a população que estava nos espaços públicos sem participação nos atos e contra os meios de comunicação de massa que inicialmente também criminalizaram as manifestações.

Após a violência indiscriminada, há maior adesão nas mobilizações, que passam a contar com milhares de pessoas, sem, no entanto, uma pauta unitária, mas com sentimento de insatisfação com o presente.

Se o 06 de junho em São Paulo não foi exatamente a “largada” para as manifestações de rua que se desdobraram por junho e julho de 2013 – conforme diversas cronologias apontam –, um elemento-chave, entretanto, foi a violência policial observada naquela cidade. Mais do que o conteúdo das demandas, a péssima repercussão dos abusos observados em São Paulo serviu de combustível para a animosidade dos protestos das semanas seguintes. (SANTOS e TEIXEIRA, 2014, p. 68)

As pautas iniciais são engolidas por uma série de reivindicações, rapidamente apropriadas por grupos organizados da direita, que traduzem muitas preocupações, em especial dos jovens, numa linguagem simples e cujo objetivo era atingir o governo petista de maneira imediata e, de modo implícito, o alinhamento e o aprofundamento do projeto neoliberal.

Rapidamente superada a perplexidade inicial, representantes do grande capital interpretaram a gramática dos protestos como justificativa para reforçar a litania neoliberal. Enquanto intelectuais, jornalistas, personalidades públicas, políticos e pesquisadores universitários divergiam nas interpretações, esse grupo, sem estar organicamente concertado, começou a produzir um diagnóstico homogêneo e, na sequência, passou a divulgar suas análises políticas, que atribuíam um sentimento específico aos protestos. Trata-se dos segmentos empresariais organizados em diferentes instituições e utilizando múltiplas formas de comunicação. (CATANNI, 2014, p. 54)

Tal fórmula tornou-se convincente devido à construção do processo de despolitização lulopetista dos últimos governos e à ausência de mecanismos de radicalização no processo de tomada de decisão nos rumos do país. Assim, a população encontra-se desarmada para dar uma resposta rápida, enquanto classe, às graves ameaças que estão em curso, pois se operou uma narrativa personalista de um lado e, de outro, uma promessa de ascensão social via consumo, mesmo que restrito, e a sinalização de um pertencimento à “classe média”, que não trata de propor uma construção coletiva, e sim de cunho individualista.

É certo que, nesse período, seguindo uma tendência histórica anterior à posse do governo petista em 2003, houve uma melhoria das condições de vida da classe trabalhadora como um todo e, em especial, dos estratos mais pauperizados, reduzindo a quantidade da população em situação de miséria, a qual ascendeu a uma situação de

assalariamento e de consumo inéditas após a redemocratização, em especial entre os mais jovens. Segundo Marenco:

No período de quase uma década, entre 2004 e 2013, independente da escolaridade, a média salarial dos jovens na população ativa registrou crescimento real destoando, portanto, dos casos de protestos juvenis motivados por quedas brutais na renda e oportunidades econômicas. Contudo, as taxas de crescimento de salários foram sempre maiores entre jovens e adultos apenas com ensino fundamental (EF) – fenômeno consistente com a orientação redistributiva das políticas governamentais adotadas no período. (MARENCO, 2014, p. 36)

Esta melhoria das condições de vida se deu em razão da conjuntura internacional e da produção de um modelo econômico e político que buscou consorciar distribuição de renda e melhoria das condições para o capital com aporte do Estado (SINGER, 2012). Tal proposta demonstrou ser falsa, em especial no que concerne à consolidação da “nova classe média”, tanto em razão da caracterização deste estrato quanto no que diz respeito ao entendimento de que se referia a uma mudança estrutural quando, como se vê atualmente, se tratava de uma situação conjuntural, influenciada pelo ambiente internacional recessivo (considerando a crise econômica iniciada em 2008) e pelas novas diretrizes do governo Temer.

Apesar de considerarmos os limites do período petista, é preciso destacar o aumento do investimento público em educação, em especial no ensino técnico e superior. Assim, houve um salto no número de instituições públicas, mesmo que consorciado a maior terceirização e aumento de parcerias público-privadas, tratou-se, em termos absolutos, de maior população jovem atendida.

O período que antecede este recente ciclo de protestos [2013] foi marcado pela expansão nas políticas federais de acesso ao ensino superior, traduzidas em programas como o Prouni (Programa universidade para todos), Reuni (Reestruturação das Universidades Federais) e em políticas de ação afirmativa, que resultaram na ampliação do número de vagas no ensino superior, alcançando crescimento de 111,9% nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e 126,8% em bolsas Prouni, oferecidas para alunos de baixa renda em instituições privadas. (MARENCO, 2014, p. 35)

A partir de 2016, os investimentos em diversos setores, em especial na educação, são reduzidos, assim como a proposta de expansão do ensino público superior. Passa-se, de forma sistemática, tanto no aporte para infraestrutura quanto para pesquisa, para uma política de precarização proposital do ensino público de maneira agressiva, a ponto de, em alguns casos, haver pronunciamento de reitorias sobre a impossibilidade de fechamento das contas³. A hipótese levantada é de que haja um duplo ataque ao ensino público: de um lado a pauperização dos profissionais da edu-

³ Universidades federais dizem que só têm dinheiro para manutenção até setembro. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-08/universidades-federais-dizem-que-so-tem-dinheiro-para-manutencao-ate>>.

cação e da estrutura montada e, de outro, a difamação destes profissionais como “doutrinadores esquerdistas”.

O projeto Escola Sem Partido (ESP) questiona a educação pública com o objetivo de privatizá-la. Como bem nota Frigotto (2017), na “educação, o núcleo empresarial golpista e seus intelectuais aninham-se sob a aparência cívica do ‘Todos pela Educação’ e do ‘Escola sem Partido’” (p. 24).

Inicialmente é preciso dizer que a proposta ESP serve como uma “cortina de fumaça”, cujo objetivo é ofuscar o olhar para as ameaças mais graves que estão presentes. Em alguma medida, tentaremos demonstrar que essa afirmação tem sentido e, para tal, exporemos o argumento em três momentos: em primeiro lugar, apresentaremos de forma breve aquilo que podemos denominar como as raízes sociais do programa, considerando seus aspectos históricos e de classe; em segundo lugar, analisaremos o programa em sua forma aparente, a fim de compreender o que pensam seus propositores, o que argumentam, bem como o manuseio de instrumentos ideológicos para defesa; por último, explicitaremos as contradições que o programa carrega.

AS RAÍZES SOCIAIS DO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO

Um fator relevante nessa fase retrógrada que estamos vivendo, e que pode ser considerado como um avanço na direção da consciência e da politização, é a possibilidade de vivenciar a explicitação do caráter elitista que constitui a formação social brasileira. O tempo presente tem proporcionado experiências que, não raro, nos remetem a situações que se assemelham às práticas sociais do período imperial, quando, por exemplo, a assunção do ideário liberal começa tomar espaço nas decisões políticas e econômicas do país, afetando diretamente uma parte da elite (clero) que se vê desprestigiada, findando tal movimento no golpe militar de 1889. A promiscuidade até então existente na relação entre religião e Estado precisou se reinventar e assumir novas formas para que a instituição católica não perdesse poder e influência perante a população.

Da mesma forma, é possível destacar os conflitos entre católicos e liberais nas primeiras décadas do século XX. Aqueles, defensores do ensino humanístico clássico do qual a história lhes encarregou o poder. Estes, representantes das novas ideias, do entusiasmo pedagógico e dos princípios de laicidade educacional, jamais concordavam com o caráter religioso (atrasado) da escola. Para os liberais, a educação representava um vetor importante no processo de modernização do país, sendo necessário, para isso, o aprimoramento curricular e a escolarização do Estado, capaz de educar o povo para um novo tipo de sociabilidade. Mas, no fundo, a fim de que possamos encurtar a conversa, são duas faces da mesma moeda e que representam muito bem a formação das elites brasileiras.

Forjadas na relação com as elites externas, fator determinante no processo de dominação colonial e imperial, nossas elites se caracterizam, basicamente, por dois elementos centrais: o primeiro deles é a incapacidade de formular um projeto de desenvolvimento cuja prioridade sejam os interesses nacionais.

Em geral, os processos sociais e históricos que constituem nosso país são marcados pela submissão a projetos externos levados a cabo por potências econômicas consolidadas, o que reproduz a relação colonial dos primeiros séculos e não permite que haja um rompimento com a dependência, assim como o menor sinal de melhoria das condições de vida das classes subalternas do país.

Insuportável tornou-se, então: o aumento real do salário mínimo pelo qual se efetivou distribuição de renda; a criação de quase duas dezenas de universidades públicas e centenas de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; que negros, quilombolas, índios e pobres tenham políticas públicas que lhes permitam ter acesso ao ensino básico e, uma significativa parcela, à universidade; que haja políticas públicas para a educação do campo e cotas para negros, indígenas e grupos de baixa renda; que se mantenha e amplie o Bolsa Família, que garante os filhos na escola pública e o complemento da parca comida de cada dia a 14 milhões de famílias etc. (FRIGOTTO, 2017, p. 26)

O segundo elemento, articulado ao primeiro, é o acentuado grau conservador que se manifesta nas suas mais diversificadas expressões, desde o aspecto econômico até o moral. Esse conservadorismo fundamentalista é responsável pelo medo que nossas elites têm de perder o controle do processo social interno e deixar de garantir que a “ordem” seja mantida. Do contrário, ou seja, ao permitir a instauração de um projeto nacionalista que rompesse com a dependência das elites externas – aquilo que Florestan Fernandes denominou de revolução dentro da ordem (FERNANDES, 1976) –, seu poder seria ameaçado devido à natureza da subordinação social, econômica e cultural que marca a formação de nossa sociedade.

Portanto, é mais seguro sustentar a harmonia da relação de subordinação externa para conservar o poder interno. Daí a necessidade da religião como mecanismo, na maioria das vezes, capaz de pacificar o povo, naturalizando as contradições e mistificando os problemas históricos e estruturais.

Outro aspecto a ser destacado a partir da segunda característica é lembrar a face violenta do conservadorismo das elites brasileiras. Ao contrário das retóricas que se esforçam para encobrir as práticas violentas que marcam a história, as elites sempre alcançaram seus objetivos por meio da força, golpes, retirada de direitos, sobretudo das frações menos organizadas da classe trabalhadora, como mulheres, homossexuais, negros, índios e os mais pobres.

O braço violento do conservadorismo ganha força justamente em tempos como este em que vivemos, em que são colocados em suspenso os direitos sociais,

levando a crer que, apesar da conquista, são concessões de uma classe a outra e que serão retirados caso haja ameaça, o que, atualmente, nem é o caso.

Essas duas características apresentam-se como uma importante chave de leitura para interpretação da constituição da sociedade brasileira. Sem elas, nossas análises incorrem no limite reformista de baixa intensidade e nos levam a pensar possibilidades, ainda que conjunturalmente condicionadas, desnecessárias. De fato, o que está em curso no país é uma nova ofensiva das elites brasileiras que, durante 13 anos de governo petista, foram expectadoras de um processo social consensual, que buscou neutralizar a relação capital-trabalho por meio do incentivo às frações do empresariado e às políticas de acesso ao consumo.

Um caminho muito arriscado foi escolhido, principalmente porque apostou na solidariedade das elites que ganharam muito, é verdade, mas não são capazes de abrir mão do poder e da subordinação externa. Elas têm demonstrado que é insuficiente um amplo e sólido processo de acumulação, mas o prestígio, o direcionamento político e ideológico são valores que não se negociam. Parece-nos que a estratégia democrático-popular ou o reformismo sem reformas (ARCARY, 2015) errou no diagnóstico e optou pela lógica do poder sem base.

Sem alongar demais, temos entendimento de que este é o cenário no qual o infeliz programa ESP se expressa. E vejam: justo em um momento da manifestação pública de palavras de ódio, sexistas, machistas, misóginas, racistas e preconceitos classistas, reflexo da recolocação do pensamento elitista brasileiro, é que um projeto como este é apresentado. É a demonstração explícita daqueles setores da sociedade que acreditam que a “ordem” significa a perpetuação e a manutenção dos privilégios historicamente garantidos, o que se traduz nos lugares sociais muito bem delimitados.

Antes de passar ao programa em si, precisamos lembrar que o contexto do avanço do conservadorismo não se apresenta somente em sua face moralista, mas também por meio da consolidação de modificações que comprometem os direitos dos trabalhadores por alguns anos, caso não haja resistência.

Citamos dois movimentos levados a cabo pelo governo federal que atentam diretamente à vida do povo: a Emenda Constitucional n. 95/2016, que desvincula os recursos destinados ao custeio de direitos sociais, o que já estava anunciado no documento “Uma ponte para o futuro” do PMDB. Também, a Emenda à Constituição n. 257/2016, que estabelece o plano de auxílio aos estados e a negociação de suas dívidas com a União e que determina, como garantia para o não (re)endividamento, a reorganização financeira dos estados, exigindo um teto para gastos públicos, cancelamento de concursos, congelamento de salários, entre outras medidas. Caso passe, teremos por pelo menos dois anos um serviço público ainda pior que o que se encontra vigente. Lembramos, também, a Portaria n. 1482/2006 do Ministério da Saúde, de 04/08/2016, que institui Grupo de Trabalho para discutir o projeto de Plano de Saúde Acessível, o que é uma clara ameaça ao Sistema Único de Saúde,

haja vista a composição do grupo: Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar e Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

Diante de tantas ameaças reais, não temos dúvidas que, se não houver uma forte resistência, vamos presenciar e sofrer um retrocesso praticamente irreversível.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO

Antes de tudo, é preciso entender que o Escola Sem Partido faz parte do conjunto das relações sociais acima descritas e carrega em si os elementos centrais abordados anteriormente. Isso significa que a Escola Sem Partido está ligada a uma série de práticas sociais de orientação elitista e conservadora, próprias do tempo presente, envoltas em manifestações de ódio, preconceito e limitação das liberdades democráticas, ainda que sob orientação burguesa:

[...] além dos vínculos entre a própria entidade Escola sem Partido com outras, como a ligação com Imil [Instituto Millenium], Foro de Brasília, Revoltados On Line, Movimento Brasil Livre, entre outros, vislumbra-se que o Escola sem Partido logra consolidar uma pauta na agenda pública nacional de cunho altamente conservador e retrógrado. (ESPINOSA e QUEIROZ, 2017, p. 60)

Para que possamos analisar o programa em seus aspectos centrais, gostaria de reproduzir uma parte de duas entrevistas realizadas pelo portal R7 (TV Record)⁴ com Guiomar Namó de Mello, renomada consultora e professora, aberta representante dos princípios liberais, e o fundador do movimento ESP, Miguel Nagib. Essas entrevistas estão disponíveis nas redes sociais para que possam assistir na íntegra.

Em sua interpretação sobre o programa, Guiomar Mello afirma que a escola pública, há algumas décadas, vem sofrendo com forte “ideologização”. Para comprovar seu argumento, cita o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como exemplo desse fenômeno. Segundo ela, a temática da globalização, quando aparece nas provas do ENEM, sempre é tratada de forma negativa. A professora argumenta que não há somente aspectos negativos no fenômeno da globalização e que os professores teriam o dever de apresentar as diversas perspectivas pelas quais esse tema pode ser abordado.

Por sua vez, Miguel Nagib⁵, ao explicar ao entrevistador os aspectos da relação entre professores, alunos e conteúdos na perspectiva do programa ESP, afirma que o professor jamais deve estabelecer um vínculo com o aluno ao ponto de “transformá-lo em réplica de si mesmo”. Ele acrescenta, inclusive, quando perguntado se um pro-

⁴ Disponível em: <<http://noticias.r7.com/record-news/jornal-da-record-news/videos/ex-secretaria-de-educacao-fala-sobre-programa-escola-sem-partido-23072016>> e <<http://noticias.r7.com/record-news/jornal-da-record-news/videos/o-professor-deve-ter-prudencia-diz-coordenador-do-projeto-escola-sem-partido-26072016>>. Acesso em: 19/10/2017 às 17:12.

⁵ Advogado. Antigo colaborador do Imil, de recorde liberal e principal proponente do Escola Sem Partido.

fessor deve, no exercício da docência, incentivar os alunos à participação em manifestações, greves e outros eventos que fazem parte do cotidiano das lutas da educação no Brasil, que isso não deve ser feito, sob pena de ferir o dever n. 3, que recomenda o programa⁶.

Parece-nos que ambas entrevistas são ilustrativas e apresentam elementos de fundo que explicitam, mais uma vez, os interesses elitistas arraigados em nossa sociedade, ainda que sob uma forma sofisticada e uma linguagem atrativa. Afinal, quem não quer uma escola sem partido? E de que forma a proposta é aceita por boa parte da população?

O Escola Sem Partido utiliza-se de uma “linguagem próxima do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas”, e expande-se por meio de *memes*, “imagens acompanhadas de breves dizeres”, por “quatro elementos principais: primeiro, uma concepção de escolarização; segundo, uma desqualificação do professor; terceiro, estratégias discursivas fascistas; e, por último, a defesa do poder total dos pais sobre os seus filhos”. Contém estratégias discursivas fascistas através de “analogias voltadas à docência, que desumanizam o professor”, tratando-o como “um monstro, um parasita, um vampiro” na forma de *memes* ofensivos, incluindo Gramsci e Paulo Freire. Instalam um “clima de denunciamento” e “um discurso de ódio”. (CIAVATTA, 2017, p. 9)

Para entender os argumentos e analisar o caráter ideológico que é apresentado por eles, gostaríamos de expor, minimamente, o diagnóstico implicitamente utilizado para a justificativa do programa na forma dos projetos de lei. Aqueles que tiveram a oportunidade de ouvir os propositores dos projetos sabem que há inconsistências teórico-práticas de fundo, o que permite que qualquer pessoa reconheça as lacunas que essa proposição apresenta. Em geral, Magno Malta⁷, Miguel Nagib, Dep. Izalci (PSDB) utilizam a mesma estratégia discursiva, alegando que é “fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas” (PL 867, 2015, p. 5).

Sobre isso, Penna (2017) aponta:

O discurso do Escola sem Partido não foi devidamente enfrentado, a meu ver, desde o momento em que ele surgiu, em 2004, justamente por parecer absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional, e também porque ele se espalha com muita força, não em debates acadêmicos, mas nas redes sociais. Esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima à do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para

⁶ Disponível em: <<https://www.programaescolasepartido.org/>>.

⁷ Mantemos a menção a este senador mesmo que tenha retirado o projeto de lei sobre Escola Sem Partido da pauta do Senado Federal. Entende-se que tal retirada se constitui como uma tática de acúmulo de forças para retornar no próximo período.

introduzi-las e reforçá-las no campo educacional. Os *memes*, imagens acompanhadas de breves dizeres, têm uma grande importância nesse discurso simplista. Então, nós não enfrentamos esse discurso e ele cresceu muito, até que projetos de lei, que incorporam as suas ideias, fossem apresentados nacionalmente e em vários estados do país e nos déssemos conta da ameaça real que ele representava (p. 35).

Segundo os propositores, a escola pública tem servido como espaço de formação de militantes para determinados partidos, provando tal argumento pela alegação de que “são inúmeras reclamações que os parlamentares recebem” sobre o que denominam como “doutrinação”. Além disso, a doutrinação é realizada pelos professores por meio da exposição de conteúdos a partir de apenas uma perspectiva, que, via de regra, é aquela que mais interessa a si e a seu partido. Tal perspectiva, obviamente, é contrária à educação dada pela família e outras instituições sociais, contribuindo para a destruição dos valores morais que formam nossa sociedade. Valores estes, leia-se: aqueles mesmos apresentados anteriormente na constituição das elites brasileiras. Sobre isso, o item 15 da justificativa do projeto em tramitação na Câmara dos Deputados expressa:

Ora, se cabe aos pais decidir o que seus filhos devem aprender em matéria de moral, nem o governo, nem a escola, nem os professores têm o direito de usar a sala de aula para tratar de conteúdos morais que não tenham sido previamente aprovados pelos pais dos alunos (PL n. 867, 2015, p. 8).

O diagnóstico acima fundamenta a proposição do programa em forma de lei que busca alterar a LDB 1996, permitindo o avanço do controle daquilo que é trabalhado, a forma como é trabalhado e a perspectiva adotada para analisar os conteúdos desenvolvidos em sala de aula. Nesse sentido, o programa propõe, em síntese, a partir da alteração da lei, que todas as escolas públicas brasileiras exponham em suas salas de aula, com cartaz de, no mínimo, 90 centímetros de altura por 70 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas, os denominados deveres do/a professor/a, que são:

I – O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária.

II – O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

III – O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

IV – Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

V – O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

VI – O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. (PL n. 867, 2015, p. 3)

Além disso, os projetos de lei propugnam algumas alterações na LDB, como apresentam no art. 2º:

A educação nacional atenderá aos seguintes princípios:

I – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; (...) V – reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado; (...) VII – direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. (PL n. 867, 2015, p. 2)

Podemos perceber que, na forma como está expresso, o programa busca controlar, restringir e formatar o trabalho docente a fim de garantir que os interesses privados, ou seja, os interesses de um determinado grupo social sejam garantidos pela ação da escola pública. Igualmente, busca criar um padrão de conduta dos professores que obstaculiza toda e qualquer ação que venha em defesa daquilo que é público, que garanta a expressão das diferenças e diferentes manifestações socialmente reconhecidas, a fim de que o direcionamento seja dado por aqueles grupos sociais que detêm o poder político e ideológico na sociedade. Grupos estes que, no Brasil, estão articulados aos interesses das elites, a seus privilégios e ao desejo de manutenção da ordem.

A partir disso, a reflexão para o campo da ideologia parece fundamental por ser o fundamento mais concreto que tanto se empenham em denunciar os propositores do projeto, isto é, afirmando tanto o caráter ideológico das práticas pedagógicas em sala de aula quanto a própria função ideológica que está presente no programa ESP, escondida atrás de uma linguagem jurídica que, inúmeras vezes, nos escapa à análise.

Basicamente, encontramos duas definições para o que pode ser entendido por ideologia. Em geral, quando mencionamos o termo, reconhecemo-lo enquanto um conjunto de ideias, princípios filosóficos, políticos e sociais que conformam, juntam, unem certo grupo de pessoas. A ideologia como afinidade de pensamento e identificação de ideias concernentes que concorrem para um mesmo fim. Aparentemente, parece-nos que essa projeção sobre ideologia responde àquilo que o programa ESP apresenta como proposta, afinal existe concretamente determinada unidade política entre os seus propositores. Porém, se permanecemos nesse nível de compreensão, corremos o risco de buscar caminhos insuficientes que respondam a esse tipo de manifestação, sobretudo em um tempo de explícita polarização (falsa), alegando que seus propositores supostamente representam o “golpe” e aqueles que são contrários, os “defensores da democracia”. O encaminhamento desse embate já é conhecido, dada a correlação de forças na atualidade.

É preciso ir além. Para isso, retomemos o entendimento de ideologia atribuído a Marx, estudado por Mauro Iasi, exposto em sua obra “Ensaio sobre a consciência e emancipação”. Vejamos brevemente como ideologia é entendida por este autor:

Ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação na qual a classe dominante expressa essa dominação em um conjunto de ideias; pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e sua justificação; finalmente, a apresentação das ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais. (IASI, 2011, p. 81)

Estamos diante de uma conceituação mais complexa acerca da ideologia. Para além do conjunto de ideias, significa, neste caso, o uso de determinado conjunto de ideias para falsear, encobrir, neutralizar, inverter, naturalizar as relações sociais. Nestes termos, é possível afirmar que ideologia se concretiza pelo esforço e convencimento de que as ideias/ o pensamento/ a consciência das pessoas, bem como as propostas e projetos ideologicamente em disputa são mediados por um visão particular da realidade que, por força material (midiática, jurídica, militar, religiosa), generaliza-se a toda a sociedade. Ou seja, ideologia como ideias ligadas a um grupo social muito particular que, por ter o controle da força material, acaba reproduzindo suas ideias ao todo da sociedade. Por isso, é insuficiente debater ideologia somente como conjunto de ideias, mas se torna necessário debatê-las em relação com a realidade.

Entendemos que essa segunda formulação nos ajuda a compreender o programa ESP em sua dimensão ideológica. E isso pode ser entendido nos seguintes termos:

- 1) Ao propor um projeto de lei que exige que professores abordem os conteúdos sob diversas perspectivas de análise, demonstram o caráter da neutralidade ideológica. Entretanto, esquecem que todo e qualquer conteúdo necessita, para ser apreendido pelos estudantes, ser contextualizado historicamente a fim de que o processo de conhecimento não seja unidirecional e atenda ao estatuto científico que rompe com o modelo dogmático de explicação dos fenômenos naturais e sociais. Ao historicizar os conteúdos trabalhados em sala de aula, percebe-se a impossibilidade da neutralidade, uma vez que a realidade não é neutra, mas funciona por meio de grupos e classes em constante disputa pela apropriação material e simbólica, como a história tem nos mostrado. A retórica da neutralidade, portanto, serve como ferramenta de convencimento social e esconde a base sobre a qual se funda a impossibilidade da neutralidade no processo educativo;
- 2) De outra forma, é preciso atentar para o explícito caráter de classe apresentado no projeto, quando busca não permitir que os professores façam campanha político-partidária em sala de aula, tampouco mobilizem estudantes para greves, paralisações e outros eventos dessa natureza. É evidente que, em alguma medida, esse projeto busca responder à presença massiva de estudantes nas ruas desde julho de 2013. Nesse sentido, devemos observar que o fundamento ideológico da dominação, nesse aspecto, é a tentativa de barrar as possibilidades de desenvolver com os estudantes das escolas públicas a consciência de classe que lhes falta para incorporar as lutas em defesa dos direitos sociais e do caráter público da educação. Além disso, buscando dividir professores e alunos e enfraquecer as lutas, velha

estratégia dos setores dominantes, criam uma mordça nos professores para que não tenham condições de estabelecer a relação entre o conhecimento e prática social, pressuposto básico para manter a dominação e a ordem;

3) Fruto de um amplo caminho de despolitização dos trabalhadores, iniciado ainda na década de 1990, mantido nos governos Lula e Dilma e que se aprofunda nos dias atuais, o programa ESP é expressão das frações mais reacionárias da sociedade brasileira atual: membros do fundamentalismo cristão e liberais frustrados. Isso significa que a dicotomização professor/estudantes, conhecimento/realidade, na forma como pretende o programa, contribui para radicalizar a despolitização, inviabilizar a participação popular nas decisões importantes acerca da educação e da escola, abrindo precedentes para que outras reformas, ainda mais duras, sejam implantadas em um curto espaço de tempo. É preciso que fique claro que despolitização não é apenas um estado de espírito limitado ao movimento das ideias, ausência de conhecimento e práticas individualizadas. Despolitização refere-se à impossibilidade de as grandes massas trabalhadoras participarem dos principais direcionamentos acerca da política, economia e direitos sociais no país. Quanto mais despolitizado é o povo, melhor para os grupos que representam as classes dominantes e a burguesia manterem-se no poder.

EXISTE ALTERNATIVA?

Ao finalizar, sempre nos perguntamos se, mediante um quadro tão adverso e complexo como este, há ou não alternativas para que possamos reverter este e outros projetos que atentam contra a população e os direitos sociais. Afinal, qual o papel dos professores? Existe ideologia na escola? Bom, a resposta nunca está pronta, uma vez que toda e qualquer alternativa pode apresentar seus aspectos contraditórios. Na tentativa de pensar alternativas, entendemos que a construção de caminhos que respondem à altura de propostas como essa necessita tocar a estrutura fundamental sobre a qual se ergue esse tipo de projeto.

Entende-se, portanto, que há a necessidade de nos fortalecermos como classe de trabalhadoras e trabalhadores, criando e/ou fortalecendo frentes anticapitalistas, capazes de coletivamente constituir alternativas viáveis e que atendam aos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras. O poder da ideologia é tamanho que, não raro, encontramos pessoas que não pensam como trabalhadores, apesar de, nessa condição, construir a sua existência. Isso dificulta demais o processo de organização e mobilização como classe e impede que sejam dadas respostas rápidas e necessárias contra o avanço da dominação.

Por outro lado, as contradições do tempo presente são motivos mais que necessários para que engossemos as iniciativas que estão em luta contra toda e qualquer ameaça dos direitos sociais garantidos, inclusive aqueles que asseguram que os professores têm o direito e a liberdade para dar sua aula, manusear os instrumentos teóricos e metodológicos como entendem ser mais apropriado e relacionar o conhecimento trabalhado com o movimento real e concreto. Temos convicção de que o momento de unificação é agora, e nós, educadores, temos uma tarefa importante nessa construção.

No âmbito universitário, especificamente nas licenciaturas, compreende-se que poderiam se aproximar de forma organizada das escolas públicas e multiplicar debates e formações junto a professores e estudantes. Afinal, o destino final do programa é a escola pública, são os professores e professoras que sofrerão as consequências de tal retrocesso. São eles, em sua maioria, que deverão acatar tais determinações, caso o programa avance e ganhe *status* de lei federal. Diante dessa realidade tão adversa e contraditória, lembremos a frase de Marx (2007) na ocasião do Manifesto do Partido Comunista, ao tratar da revolução: “os trabalhadores não têm nada a perder, a não ser as suas correntes!” (p. 69).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2013.
- ARCARY, V. Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Sundermann, 2015.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL n. 867 de 2015. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf> Acesso 08/11/2017 às 16h51min.
- CATANNI, A. D. O significado dos protestos urbanos segundo o mainstream econômico. IN: CATANNI, A. D. (Org.). Protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.
- CIAVATTA, M. Resistindo aos dogmas do autoritarismo. IN: Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / (Org.) FRIGOTTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- ESPINOSA, Betty R S. e QUEIROZ, Felipe B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. . Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- FERNANDES, F. Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FRIGOTTO, G. A gênese das teses da Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G (Org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ-LPP, 2017.
- IASI, M. L. Ensaio sobre a consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARENCO, A. As duas Caudas de Gauss: minorias, protesto e representação política. In: CATANNI, A. D. (Org.). Protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.
- MARX, K. ENGELS, F. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PENNA, F. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G (Org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ-LPP, 2017.

SANTOS, J. V. T. dos. TEIXEIRA, A. N. Atores sociais jovens nos protestos de 2013. In: CATANNI, A. D. (Org.). Protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

SINGER, A. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Recebido em: 12/11/2017.

Aprovado em: 13/06/2019.

